

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA SAÚDE REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS.

Às dezoito horas e quarenta e sete minutos, teve início, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a Audiência Pública para Apresentação do Relatório da Saúde referente ao Terceiro Quadrimestre do ano de Dois Mil e Quinze. O **Vereador Paulo Igor Carelli**, Presidente da Câmara Municipal, iniciou a Audiência, destacando a presença dos Vereadores Silmar Fortes (Presidente da Comissão em Defesa da Saúde), Gilda Beatriz (Vice-Presidente da Comissão em Defesa da Saúde) e Ronaldo Ramos (Vogal da Comissão em Defesa da Saúde), além dos Vereadores Maurinho Branco e Thiago Damaceno. Compôs a mesa com os seguintes presentes: Senhor Marcus Curvello (Secretário Municipal de Saúde), Senhora Rosângela Stumpf (Secretária Municipal de Controle Interno e Presidente do Conselho Municipal de Saúde – COMSAÚDE), Senhor Ricardo Patulêa (Assessor Técnico do Secretário Municipal de Saúde), Senhor Juarez Borges (Contador Geral), Senhora Sílvia Letícia de Freitas da Silva Branco (CEBES), Senhora Ronye Faraco (Diretora do Hospital Alcides Carneiro), Doutor Marcos Paulo (Diretor do Hospital Clínico de Corrêas), Senhor Roberto Rizzo Branco (Assessor Financeiro da Câmara Municipal). Destacou o papel fiscalizador dos serviços públicos prestados exercido pelos Vereadores e a importância do cumprimento da Lei Complementar Nº 141/2012, motivo pelo qual a Audiência Pública foi solicitada, sendo esta uma iniciativa do Vereador Silmar Fortes, na qualidade de Presidente da Comissão em Defesa da Saúde. Assim sendo, convidou o referido Vereador para que pudesse presidir a Audiência Pública. O **Vereador Silmar Fortes** cumprimentou a todos os presentes e esclareceu que esse é um processo democrático e de construção coletiva. Que a Lei prevê não somente a prestação de contas, mas que este instrumento interliga-se com o processo do Plano Plurianual, Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual de Saúde, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Relatório Anual de Saúde. Passou a palavra ao **Sr. Marcus Curvello**, que lembrou que o SUS é uma política pública que ainda está em construção e solicitou ao Senhor Juarez, que fizesse a apresentação referente à parte financeira, sobre recursos recebidos e utilizados pelo município. **Sr. Juarez** apresentou montante e fonte dos recursos aplicados no período, Receita geral do município, que foi de oitocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos no ano. O **Vereador Maurinho Branco** apontou a dificuldade de visualizar a apresentação, uma vez que os números são muito pequenos e a apresentação foi então impressa para os Vereadores. **Senhor Juarez** prosseguiu com a apresentação, informando que do total da despesa, quarenta e sete por cento é com pessoal e encargos. Apresentou a Receita por ente, a saber: União: Trinta e seis milhões, setecentos e noventa e um mil reais; Estado: Cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil reais e Tesouro Municipal: Sessenta milhões de reais no Quadrimestre. Sobre a Receita arrecadada por Bloco, esclareceu: Atenção Básica: Dezessete milhões de reais, Média e Alta Complexidade – MAC: Cento e um milhões de reais, Vigilância em Saúde: Dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco reais; Assistência Farmacêutica: Dois milhões, duzentos e um mil reais; Bloco de Investimento: Um milhão,

seiscentos e oitenta e nove mil reais. Sobre a Despesa liquidada por bloco, destacou que o Bloco MAC é o quem tem maior valor de despesa. Apontou que o percentual aplicado em saúde no ano de dois mil e quinze foi de pouco menos de trinta e oito por cento. O **Sr. Ricardo Patuléa** realizou a apresentação sobre a gestão técnica da rede, destacando a existência de cinquenta e três Unidades Básicas de Saúde e destas, quarenta e quatro contam com equipes de Estratégia de Saúde da Família, que há uma equipe de Consultório na Rua, dois Centros de Saúde, um Ambulatório de Fisioterapia e Fonoaudiologia, dois Ambulatórios de Especialidades, duas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, um Pronto Socorro, dois Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs, duas Residências Terapêuticas, nove Clínicas para Exames, entre outros. Apresentou as médias de atendimentos clínicos e pediátricos de ambas as UPAs, havendo decréscimo nos atendimentos no mês de novembro. Destacou a realização média de nove mil e quinhentos exames laboratoriais nas UPAs. Sobre o serviço de Odontologia destas Unidades, esclareceu que apenas a UPA Cascatinha contava com esse serviço durante vinte e quatro horas e que por esse motivo a produtividade era maior, mas que, com o redimensionamento da rede, os profissionais Odontólogos do Hospital Municipal Nelson de Sá Earp – HMNSE foram realocados na UPA Centro e desta forma esta Unidade passou a contar com o serviço durante vinte e quatro horas. Apontou uma média de três mil e oitocentos atendimentos no HMNSE, tendo havido um aumento em novembro devido aos problemas enfrentados nas UPAs e uma média de sete mil e duzentos exames laboratoriais nesta unidade. Mostrou fotos da reforma do CTI do HMNSE. Sobre o Pronto Socorro Leônidas Sampaio – PSLS, apontou a realização de um grande número de curativos e apresentou fotos das obras de construção do Laboratório de Análises Clínicas, prédio onde ficarão também um Ambulatório de curativos, a Farmácia e o Expurgodesta Unidade. Sobre o Hospital Alcides Carneiro – HAC, apresentou dados de atendimento da urgência referenciada, sendo o maior número de urgências gineco-obstétricas, devido a esta unidade ter a única maternidade pública do município. Apontou que foram realizados oito mil quatrocentos e dez exames no centro de imagens, duas mil e quinhentas cirurgias, sete mil duzentos e cinquenta e dois atendimentos na urgência , destacou um aumento de vinte e oito mil para trinta e um mil exames laboratoriais. Apresentou fotos dos novos leitos de maternidade. Elucidou que houve seiscentos e oitenta e três Autorizações de Internação Hospitalar – AIHs para leitos de UTI no Quadrimestre, sendo uma média de cento e setenta AIHs por mês. Apresentou os prestadores e os números do Bloco de Média e Alta Complexidade – MAC. Mostrou fotos de obras de reforma e construção na rede, destacando que houve setenta e nove mil consultas nos ambulatórios da rede. Sobre a Estratégia de Saúde da Família, afirmou que a cobertura no município é de quarenta e quatro por cento e que vão inaugurar novas unidades no Alto Independência, Posse e Caxambú. Sobre a equipe do Consultório na Rua, disse que as áreas prioritárias eram o Centro Histórico, Pedro do Rio e Corrêas. Falou sobre as atividades de controle de roedores e da dengue e sobre o índice de infestação para Aedes aegypti(LIRAA) e elucidou a irregularidade na distribuição de vacinas e soros . Destacou a extinção da Fundação Municipal de Saúde. O **Vereador Silmar** propôs que os questionamentos fossem colocados e respondidos por blocos, em primeiro lugar os referentes à apresentação financeira, em segundo lugar sobre auditoria e em terceiro sobre indicadores. Sobre o financiamento das UPAs, esclareceu que houve audiência na Quarta Vara Cível, que há processo no Ministério Público e que foram à Secretaria Estadual de Saúde com o intuito de dirimir dúvidas

referentes aos repasses de custeio e qualificação das UPAs. Solicitou ao Sr. Marcus Curvello que esclarecesse com relação a esta temática e destacou saber da dívida do Estado com o município. O **Vereador Anderson** questionou ao Sr. Juarez que a parte financeira não constava no que foi impresso e apontou que a arrecadação no ano de dois mil e quinze foi em torno de oitocentos e noventa e quatro milhões mas a despesa foi de mais de novecentos milhões, ao que o **Sr. Juarez** respondeu que isto era Superávit, que abria-se Crédito Suplementar. **Vereador Anderson** questionou se há dívida da saúde com prestadores, ao que o **Sr. Marcus Curvello** respondeu que sim, que estava em torno de quatro milhões e quinhentos mil reais a dívida com fornecedores e em torno de dois milhões e quinhentos mil reais com prestadores. **Vereador Paulo Igor** solicitou ao Vereador Silmar que oficialize a Secretaria de Saúde, na qualidade de Presidente desta Comissão, com o intuito de saber valores exatos da dívida com prestadores e fornecedores. **Vereador Anderson** esclareceu que o Secretário de Administração esteve na Câmara Municipal e afirmou ter usado as consignações dos funcionários e depois pagado e questionou como estava a folha de pagamento da saúde com relação às consignações, ao INPAS ou outros e se havia dívidas com o HAC, ao que o **Sr. Marcus Curvello** esclareceu que havia dívidas com o HAC, as consignações estavam em dia e que o INPAS estava com um mês de atraso, mas que o valor referente ao quadrimestre em questão estava em dia. **A Vereadora Gilda** questionou se havia dívida com o Hospital Santa Teresa – HST, ao que o **Sr. Marcus Curvello** respondeu que sim, que havia quatro parcelas em atraso referentes à urgência mas que estas já estavam em fase de negociação. **Vereadora Gilda** relatou que tem acompanhado casos de idosos com fraturas de fêmur e que acabam morrendo aguardando vaga para cirurgia no HST pois os protocolos estão muito rígidos, ao que o **Sr. Marcus Curvello** esclareceu que o protocolo foi construído em dois mil e onze e que o que precisa ser feito é uma nova contratualização com o HST. Sobre mamografia, **a Vereadora** esclareceu que a Clínica Berger e o Centro de Saúde não estavam realizando o exame, ao que o **Secretário de Saúde** esclareceu que havia denúncias sobre duas clínicas que prestavam esse serviço ao município e que a qualidade das imagens produzidas pela Berger foi questionada, mas que em duas semanas o mamógrafo do Centro de Saúde voltaria a funcionar. **A Vereadora** questionou também quando o aparelho de Raio X doado pelo Estado para o HMNSE começaria a funcionar, ao que o **Sr. Marcus Curvello** esclareceu que seria necessária uma readequação da rede elétrica da unidade para que pudesse ser utilizado. **O Vereador Maurinho Branco** questionou sobre quando será feita a reforma da unidade de saúde da Lajinha, ao que o **Secretário de Saúde** respondeu que já esteve na localidade procurando um imóvel para ser alugado (a ser utilizado pela equipe durante a obra), mas houve essa dificuldade e solicitou o auxílio do Vereador nessa busca. **O Vereador Luizinho Sorriso** fez questionamentos referentes à saúde bucal no município: quando seria implantado o laboratório de prótese dentária; se havia previsão de melhorias no CEO do Centro; se havia possibilidade de implantação de equipe de Saúde bucal no Posto de Saúde da Família – PSF do Boa Vista e sobre a necessidade de mais uma equipe de saúde bucal para atender à população do Amazonas, porque há dentista em apenas uma equipe. **O Senhor Marcus Curvello** esclareceu q há problemas de manutenção no CEO do Centro e que é necessário um novo local para abrigar o CEO. Sobre o PSF Amazonas, que estão tentando completar as equipes. **Sr. Ricardo** esclareceu que o laboratório de prótese dentária depende da liberação de recursos para implantação, mas que já havia sido feita a capacitação de



profissionais. O Vereador **Ronaldo Ramos** sugeriu que fosse agendada reunião entre o Secretário Municipal de Saúde de Petrópolis e a Secretária de Areal para que se pudesse conveniar a realização de exames como raio x e exames laboratoriais naquele município para pacientes da Posse, já que o serviço fica mais próximo de Areal do que da UPA Cascatinha. Em contrapartida, o Serviço de Pronto Atendimento – SPA da Posse atenderia as pessoas oriundas de Areal, como já vem fazendo, ao que o **Sr. Marcus Curvello** disse que não haver problemas, já que o sistema de saúde funciona de forma integrada. O Vereador **Paulo Igor** retomou o questionamento referente ao financiamento das UPAs feito pelo Vereador Silmar. Lembrou de audiência ocorrida da Quarta Vara Cível no final de dois mil e quinze, em que o então Secretário Municipal de Saúde, Sr. André Pombo e o Prefeito Rubens Bomtempo, em resposta à Promotora de Justiça, Dra. Vanessa Katz e ao Juiz de Direito, Dr. Jorge Martins, diziam não enxergar nas contas públicas os recursos referentes às duas UPAs municipais mas confirmavam que o recurso de fato entrava no Fundo Municipal de Saúde. Que os Vereadores tinham sido cobrados no dia vinte e três de dezembro pelo Vereador Thiago Damaceno, na Câmara Municipal, quando este dizia ter certeza de que o Estado havia retido os recursos repassados pelo Ministério da Saúde. Que apesar deste tema ter sido exaustivamente debatido, gostaria de saber o entendimento do atual Secretário de Saúde sobre o assunto. Sobre o redimensionamento, afirmou que vários profissionais do HMNSE foram remanejados para as UPAs e gostaria de saber se por este motivo o contrato com a Cruz Vermelha havia sido revisto. O Vereador **Anderson** destacou a presença do Senhor Juarez, que era o Diretor Financeiro na gestão anterior, questionando-o sobre como vinha o dinheiro das UPAs no demonstrativo da época, ao que o **Sr. Juarez** informou vir extrateto, apartado. **Sr. Marcus Curvello** considerou que este tema dominou o final do ano e que conversou com o Sr. André Pombo, sobre como o recurso entrava do Fundo Nacional, para o Estadual e depois para o Municipal e que quando se tentava abrir essa Alta Complexidade, não se conseguia ter acesso ao que compõe isso. Que tentou contato com o Secretário Estadual de Saúde e não conseguiu, mas que gostaria de reunir-se com ele para falar sobre o atraso nas verbas referentes às UPAs de Petrópolis e que a transferência do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde não é clara. Que o próprio Secretário Estadual de Saúde diz não entender como este dinheiro é repassado. Que gostaria de entender tecnicamente como isto acontece e que o Vereador Anderson Juliano e o Sr. Roberto Rizzo poderiam ajudar a entender isso. Que o próprio Ministério da Saúde diz que o dinheiro é transferido para o Estado e que depois não sabe o que é feito, e que pediu que este repasse pudesse ser feito fundo a fundo. O **Sr. Ricardo** esclareceu que o redimensionamento foi publicado no Diário Oficial: vinte e um pediatras do PSLs foram transferidos para a UPA Centro, sete dentistas do HMNSE foram transferidos para a UPA Centro, entre outras transferências. Que há um teto no contrato com a Cruz Vermelha e que a partir do momento que não se atingiu o teto, a Cruz Vermelha só recebe referente ao que é comprovado em folha de pagamento. O Vereador **Thiago Damaceno** questionou se este dispositivo que prevê a prestação de contas está previsto também para os Estados e se tem sido feito no Estado do Rio de Janeiro, ao que o Vereador **Silmar** explicou que a Lei vale para todos os entes e que não tem acompanhado se o Estado tem feito esta prestação. Que Petrópolis foi um dos primeiros municípios a cumprir a Lei e que espera que os presidentes das Comissões federais e estaduais também estejam cumprindo. Foi solicitado então que a Comissão fizesse ofício aos Deputados para que esta



prestação de contas aconteça. O **Vereador Silmar** citou nota técnica 02/2016, recebida da Secretaria Estadual de Saúde, e quatro portarias do Ministério da Saúde sobre custeio e manutenção das UPAs, em especial a nº 1278 de doze de Junho de dois mil e doze, que estabelece custeio e manutenção para UPAs de Petrópolis através do Fundo Estadual de Saúde. Esclareceu que as Portarias prevêm que a partir de janeiro de dois mil e doze os recursos seriam somados à Programação do Teto Financeiro de Petrópolis e repassados diretamente ao Fundo Municipal no Bloco de Média e Alta Complexidade. Explicou que na reunião acontecida na Quarta Vara Cível, assim como no processo do Ministério Público, o então Secretário Municipal de Saúde, Sr. André Pombo e a Sra. Michele, funcionária, afirmou que o dinheiro vinha e que estava na Média e Alta Complexidade como Custeio Reserva. Destacou ter em mãos cópia de ofício do Sr. Nelson Cardoso de Almeida, Superintendente de Atenção Especializada, Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde, encaminhado ao Sr. Josafá Santos, do Ministério da Saúde sobre este assunto. O **Vereador Paulo Igor** apontou que o município não tinha nitidez mas que o Prefeito e o antigo Secretário de Saúde reconheceram que o recurso vinha para o município. Que tinha em mãos ofício do ex Secretário Estadual de Saúde, Sr. Sérgio Côrtes, solicitando que o recurso viesse direto para o município, completou dizendo que o que causa estranheza é o fato de o próprio Vereador Thiago Damaceno ter falado em vinte e três de dezembro que o Estado havia retido algo em torno de vinte e cinco milhões de reais, afirmando ter certeza por ter checado essas informações. Que este é um volume muito grande de recursos. **Sr. Marcus Curvello** considerou que talvez os recursos estejam no teto da MAC e que não terá dificuldades de admitir se o dinheiro estiver sendo repassado, que não tem compromisso com o erro. O **Vereador Anderson** explicou que na criação das UPAs, muitos município não queriam implantá-las e que por isso a verba ia para o Estado, para que ele gerisse essas UPAs, o que não foi o caso de Petrópolis, que aceitou as UPAs e que em Petrópolis estas são responsabilidade do município, sendo apenas o custeio tripartide. Que o Fundo Estadual de Saúde ficava com a parte que cabia ao Estado e repassava o que era de direito dos municípios. E era o Secretário Estadual de Saúde que repassava, até que o Sérgio Côrtes fez esta Portaria para que a verba das UPAs que não eram administradas pelo Estado não passasse pelo Fundo Estadual de Saúde. Esclareceu que esta informação foi cedida por uma funcionária da Secretaria Estadual de Saúde, ao que o **Vereador Silmar** completou chamar-se Juliana Neves. **Sra. Rosângela**, Secretária Municipal de Controle Interno, destacou que só trabalha com técnicos, que os funcionários do controle interno ou são contadores ou técnicos em contabilidade e que a única auditora do município está lotada na Secretaria de Controle Interno. Que esta secretaria analisou os extratos, e que só aparece nesses extratos dados em relação à qualificação das UPAs, que em relação ao custeio não aparece em lugar nenhum. Que aparecia até o final de dois mil e onze e que agora o custeio não aparece mais e que é o Estado que tem que comprovar que está repassando este recurso. O **Sr. Ricardo** completou que o custo da UPA é alto e que deveria pagar a conta estaria dando calote, que o Vereador se referia a um ofício de alguém do governo do PMDB para alguém do governo do PT. O **Vereador Silmar** esclareceu que é técnico da área, assim como o Sr. Ricardo e que deve-se respeitar a nota técnica e o técnico que a produziu. Que o investimento em saúde no Quadrimestre foi de quinze mil reais, que se agruparmos os valores gastos em atenção básica, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, veremos que o que se faz de prevenção e

promoção de saúde na cidade é muito pouco. Sobre a apresentação feita pelo Sr. Ricardo, que os dados só mostram números absolutos de atendimento, sem destacar o desempenho e a qualidade dos dados. O **Vereador Paulo Igor** fez um apelo ao Prefeito, que liberasse o Sr. Marcus Curvello do INPAS, uma vez que a Saúde é uma Pasta com muitas atribuições. Esclareceu ainda que a Portaria de dois mil e doze informa quais UPAs estão sob gestão Estadual ou Municipal para que os recursos das Municipais pudessem vir direto ao município. Citou a Portaria autorizando o repasse direto ao município, e que a partir dela já será possível visualizar este dinheiro no teto municipal. Citou a fala do Vereador Thiago Damaceno, em vinte e três de dezembro de dois mil e quinze, em que o Vereador afirma que não tem como o município reconhecer um dinheiro que não entrou em sua conta. O Vereador Paulo Igor comprometeu-se a intervir para solicitar ao Secretário Estadual de Saúde que receba o Secretário Municipal de Saúde. E completou dizendo não entender a certeza do Vereador Thiago Damaceno, uma vez que o próprio Secretário Municipal de Saúde tem dúvidas e que o antigo Secretário de Saúde tinha certeza de que o dinheiro não havia passado pelo Estado. O **Sr. Roberto Rizzo** esclareceu que o Vereador Silmar pediu a ele uma análise dos números e acrescentou que o Fundo Nacional de Saúde tem excelentes (e claras) informações. Analisou os recursos desde o ano de dois mil e oito e que as UPAs se iniciaram em dois mil e dez. Mostrou os números do Bloco de Média e Alta Complexidade que, segundo ele, tiveram um acréscimo muito além da inflação do período, coincidentemente após o ano de dois mil e dez, ano em que as UPAs foram implantadas. Citou as portarias ministeriais n°s 3063 e 3064, que em seu Artigo 3º prevê que O Fundo Nacional de Saúde adotará a medidas regular e automática, ou seja, segundo ele sem passar pelo Estado, produzindo efeitos financeiros a partir de Julho do ano de dois mil e treze. Que a verba veio a partir de quatro de março de dois mil e treze, com o nome de Teto Municipal RAU UPA (Rede de Atenção à Urgência), havendo em todo o mês de março de dois mil e treze, pagamentos retroativos ano de dois mil e doze (ano da qualificação das UPAs), tendo sido recebidas, por exemplo, cinco parcelas em um único dia, referentes às competências seis a dez de dois mil e doze). Que continuou a receber, que em certo momento o Teto passou a chamar-se Teto Municipal Limite UPA, mas continuou referindo-se à qualificação. Demonstrou que este dinheiro veio sendo depositado regularmente nos anos de dois mil e quatorze e dois mil e quinze e que inclusive em dezembro de dois mil e quinze já havia sido paga parte de janeiro de dois mil e dezesseis e que estão a partir da competência dois, o valor já agrupava custeio e qualificação, conforme solicitação. Destacou não ter qualquer dúvida sobre a entrada do recurso de custeio desde que as UPAs foram instaladas e que, se fosse verdadeira a informação de que o dinheiro não vem, então o governo anterior teria arcado sozinho com o custeio das UPAs. **Dr. Marcos Paulo** explanou sobre dívida do governo anterior com o Hospital Clínico de Corrêas e disse ser difícil entender o MAC. O **Vereador Thiago Damaceno** questionou o Sr. Roberto sobre quais seriam as rubricas quem compõem o MAC, ao que o **Sr. Roberto** esclareceu ter mostrado a evolução do Bloco, que é formado por várias rubricas e que todas elas estão disponíveis no site. E que com a variação do valor, fica óbvio o ingresso dos valores. Destacou ainda que este recurso é específico e vinculado e que haverá problemas se for utilizado em outro setor. Explicou a variação inflacionária e o incremento no valor do recurso, ao que o **Vereador Thiago Damaceno** declarou-se descrente em relação aos números apresentados. O **Vereador Anderson** falou sobre a emenda do Deputado Bittar

sobre a Unidade de Saúde do Vale do Cuiabá, para construção e aparelhagem, que na última Audiência Pública o então Secretário de Saúde disse já haver ocorrido depósito e que agora deveria haver licitação para a obra. O **Vereador Silmar** questionou o Secretário sobre a existência de previsão para aquisição de veículo para a equipe de Consultório na Rua, ao que o **Sr. Marcus Curvello** respondeu já ter assinado o empenho para a compra de quatro veículos Doblô e que um destes seria para utilização desta equipe. O **Vereador Silmar** lembrou sobre a questão das quarenta horas dos profissionais, que contam como dobra e não entram para efeitos de aposentadoria, ao que o **Sr. Ricardo** esclareceu que a ideia é que a pessoa tenha a opção de escolher definitivamente pela dobra de carga. Que terminaram o Projeto de Lei seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado– TCE do Rio de Janeiro e que o Projeto estava no Gabinete do Prefeito para ser enviado à Câmara Municipal. Finalizando sua fala, **Sr. Marcus Curvello** agradeceu ao Vereador Silmar e disse entender a importância do Legislativo como alguém que já fez parte do quadro desta Casa. Agradeceu aos demais presentes. O **Vereador Anderson** falou sobre a abordagem do Sr. Marcos Paulo e da importância das emendas parlamentares, que se faz muita política sobre elas. Sugeriu que fossem criados indicadores de metas e desempenho no atendimento de saúde, ao que o **Vereador Silmar** esclareceu que há indicadores e metas no Plano Municipal de Saúde - PMS e na Programação Anual de Saúde - PAS. Completou informando que o Ministério Público Estadual solicitou à Comissão de Saúde da Câmara Municipal que analisasse o cumprimento das Metas do PMS, e demonstrou o desempenho em alguns anos, a saber: em dois mil e onze, quarenta por cento das metas foram realizadas; em dois mil e doze, vinte e três por cento das metas foram realizadas, já em dois mil e treze, por exemplo, pouco mais de seis por cento das metas foram realizadas. Que esta informação é oriunda do Relatório Anual de Gestão – RAG e apontou a importância de um setor de Planejamento na Secretaria Municipal de Saúde, com o intuito de acompanhar essas metas. O **Vereador Paulo Igor** despediu-se de todos frisando que Petrópolis é um dos poucos municípios que vem cumprindo esta Legislação e reiterou o pedido de recebimento da Apresentação com alguns dias de antecedência. Sobre a aplicação de recursos do SEHAC, pediu à Comissão em Defesa da Saúde que possa pedir a Planilha aberta e questionou qual era o valor pago ao SEHAC pelo governo anterior, ao que o **Sr. Roberto** afirmou ser algo em torno de um milhão e duzentos mil reais e o **Sr. Juarez** completou que a este valor se acrescia o gasto com pessoal. O **Vereador Silmar** questionou ainda se os exames tomografia e ressonância serão pagos ao SEHAC, uma vez que a Secretaria já adquiriu o aparelho, ao que o **Sr. Marcus Curvello** esclareceu que o município não paga duas vezes. Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública foi encerrada pelo **Vereador Silmar** às vinte e três horas e sete minutos. **A presente Ata segue assinada pelo Vereador Silmar Fortes, Presidente da Comissão em Defesa da Saúde e por mim, Daniela Lima Azevedo, Assistente de Apoio à Comissão em Defesa da Saúde.**

Silmar Fortes.
Daniela Lima Azevedo